

PROCEDIMENTO Nº 20/2024

CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE
CONTRATO PÚBLICO DE APROVISIONAMENTO RELATIVO
À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA SESSÕES DE
HEMODIÁLISE, INCLUINDO CONSUMÍVEIS, DISPOSITIVOS,
SOLUÇÕES E COLOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NOS
HOSPITAIS E.P.E.R. DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Caderno de Encargos

Classificação CPV:

85111900-9 Serviços de diálise hospitalar

ÍNDICE

TÍTULO I	9
CLÁUSULAS JURÍDICAS	9
CAPÍTULO I	9
DISPOSIÇÕES GERAIS	9
Cláusula Primeira	9
Caderno de Encargos	9
Cláusula Segunda	9
Definições	9
Cláusula Terceira	10
Âmbito de aplicação do CE	10
Cláusula Quarta	11
Objeto do CPA	11
Cláusula Quinta	11
Partes outorgantes do CPA	11
Cláusula Sexta	11
Disposições por que se rege a execução do CPA	11
Cláusula Sétima	12
Efeitos	12
Cláusula Oitava	13
Documentos contratuais do CPA	13
Cláusula Nona	13
Aditamentos	13
CAPÍTULO II	15
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	15
SECÇÃO I	15
OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE	15

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

SUBSECÇÃO I	15
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	15
Cláusula Décima.....	15
Obrigações da entidade adjudicante	15
SUBSECÇÃO II	16
OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	16
Cláusula Décima Primeira	16
Responsabilidade de intervenção entre as partes	16
SECÇÃO II.....	16
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO E FORNECEDOR.....	16
SUBSECÇÃO I	16
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	16
Cláusula Décima Segunda	16
Obrigações do adjudicatário perante a DRS.....	16
Cláusula Décima Terceira.....	18
Obrigações do fornecedor perante as entidades adquirentes	18
Cláusula Décima Quarta.....	19
Entrega dos bens e equipamentos	19
Cláusula Décima Quinta	20
Entregas calendarizadas e gestão de consumíveis.....	20
Cláusula Décima Sexta.....	21
Encargos gerais.....	21
Cláusula Décima Sétima.....	21
Elementos estatísticos	21
Cláusula Décima Oitava	22
Interrupção do fornecimento	22
Cláusula Décima Nona	23
Monitores	23

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

SUBSECÇÃO II	23
OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	23
Cláusula Vigésima	23
Garantia técnica.....	23
Cláusula Vigésima Primeira.....	26
Formação.....	26
Cláusula Vigésima Segunda.....	27
Seguros	27
SUBSECÇÃO III.....	27
CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS E SERVIÇOS	27
Cláusula Vigésima Terceira	27
Conformidade qualitativa e quantitativa	27
Cláusula Vigésima Quarta	29
Testes	29
Cláusula Vigésima Quinta.....	30
Aceitação dos bens e equipamentos	30
Cláusula Vigésima Sexta	31
Rejeição dos bens e equipamentos.....	31
SUBSECÇÃO IV	32
OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO CPA.....	32
Cláusula Vigésima Sétima	32
Obrigações de celebração de contrato de fornecimento de bens e serviços..	32
Cláusula Vigésima Oitava.....	32
Documentos de proposta em fase de formação do contrato entre o fornecedor e as entidades adquirentes.....	32
SUBSECÇÃO V	33
OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO CONTRATO	33
Cláusula Vigésima Nona.....	33

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

Direitos de propriedade intelectual	33
SECÇÃO III.....	33
OBRIGAÇÕES DAS ENTIDADES ADQUIRENTES	33
Cláusula Trigésima	33
Obrigações das entidades adquirentes	33
CAPÍTULO III	34
PRAZOS	34
Cláusula Trigésima Primeira	34
Prazo de vigência e produção de efeitos do CPA.....	34
Cláusula Trigésima Segunda	35
Prazo de vigência do contrato	35
Cláusula Trigésima Terceira	35
Prazos.....	35
Cláusula Trigésima Quarta	36
Incumprimento dos prazos de entrega	36
CAPÍTULO IV.....	37
PREÇO	37
Cláusula Trigésima Quinta.....	37
Características do preço	37
Cláusula Trigésima Sexta	38
Condições de pagamento	38
Cláusula Trigésima Sétima	39
Suspensão dos pagamentos	39
Cláusula Trigésima Oitava.....	39
Revisão de preço.....	39
CAPÍTULO V.....	40
CUMPRIMENTO E INCUMPRIMENTO	40
SECÇÃO I.....	40

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

INCUMPRIMENTO DO ADJUDICATÁRIO, PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	40
Cláusula Trigésima Nona.....	40
Incumprimento	40
Cláusula Quadragésima	41
Mora do fornecedor	41
Cláusula Quadragésima Primeira	41
Interrupção do fornecimento	41
Cláusula Quadragésima Segunda	42
Resolução pela DRS.....	42
Cláusula Quadragésima Terceira	44
Resolução pelas entidades adquirentes	44
Cláusula Quadragésima Quarta	46
Indemnização por resolução pela entidade adquirente.....	46
Cláusula Quadragésima Quinta.....	46
Penalidades contratuais.....	46
Cláusula Quadragésima Sexta	48
Força maior.....	48
SECÇÃO II.....	49
INCUMPRIMENTO PELA ENTIDADE ADQUIRENTE.....	49
Cláusula Quadragésima Sétima	49
Mora da entidade adquirente	49
Cláusula Quadragésima Oitava	50
Resolução pelo fornecedor	50
CAPÍTULO VI.....	50
VICISSITUDES	50
Cláusula Quadragésima Nona.....	50
Atualização e alterações ao CPA	50

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

Cláusula Quinquagésima	51
Modificações objetivas ao contrato	51
Cláusula Quinquagésima Primeira	51
Subcontratação.....	51
Cláusula Quinquagésima Segunda	52
Cessão da posição contratual.....	52
CAPÍTULO VII.....	52
DISPOSIÇÕES FINAIS	52
Cláusula Quinquagésima Terceira.....	52
Notificações, informações e comunicações	52
Cláusula Quinquagésima Quarta	53
Regras para a contagem de prazos.....	53
Cláusula Quinquagésima Quinta	53
Dever de sigilo	53
Cláusula Quinquagésima Sexta.....	54
Proteção de Dados	54
Cláusula Quinquagésima Sétima.....	54
Gestor de Contrato	54
Cláusula Quinquagésima Oitava	55
Foro competente.....	55
Cláusula Quinquagésima Nona	55
Disposições legais e contratuais aplicáveis	55
TÍTULO II	56
CLÁUSULAS TÉCNICAS ESPECIAIS.....	56
Cláusula Primeira	56
Bens e serviços a fornecer	56
Cláusula Segunda	56
Locais de Fornecimento.....	56

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

Cláusula Terceira.....	56
Estimativas	56
Cláusula Quarta.....	57
Outras obrigações do fornecedor	57
Cláusula Quinta	58
Monitores de hemodiálise	58
Cláusula Sexta.....	60
Balanças digitais.....	60
Cláusula Sétima.....	60
Equipamentos de bioimpedância.....	60
Cláusula Oitava	61
Sistema informático	61
Cláusula Nona	62
Consumíveis necessários para a realização dos tratamentos previstos.....	62
Cláusula Décima.....	68
Unidade portátil de tratamento de água.....	68
Cláusula Décima Primeira	68
Assistência técnica e manutenção dos equipamentos de hemodiálise	68
Cláusula Décima Segunda	71
Assistência técnica e manutenção da unidade portátil de tratamento de água	71
Cláusula Décima Terceira.....	71
Outros Consumíveis, peças e acessórios.....	71
Cláusula Décima Quarta.....	72
Gestão e logística de consumíveis de hemodiálise	72

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

TÍTULO I
CLÁUSULAS JURÍDICAS
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Primeira

Caderno de Encargos

O presente Caderno de Encargos (CE) estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas do Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores.

Cláusula Segunda

Definições

Para efeitos do presente CE entende-se por:

- a) Contrato Público de Aprovisionamento (CPA)** – Acordo Quadro celebrado entre a entidade adjudicante e o adjudicatário, com vista a disciplinar as relações contratuais futuras relativas ao fornecimento de consumíveis, dispositivos e soluções de hemodiálise, com colocação de equipamentos, para as entidades adquirentes;
- b) Direção Regional da Saúde (DRS)** – Divisão de Aprovisionamento – à qual compete efetuar de forma centralizada o aprovisionamento para o Serviço Regional de Saúde [cfr alínea t) do n.º 2 do art.º 15.º e alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 24.º, ambos do Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2025/A, de 9 de janeiro];

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

- c) Entidade adjudicante** – Para efeitos do CPA é a Região Autónoma dos Açores, através da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social (SRSSS) - DRS;
- d) Adjudicatário** – Para efeitos do CPA, é a entidade com quem será celebrado o mesmo;
- e) Contrato(s)** – Contrato(s) de fornecimento e prestação de serviços a celebrar entre a(s) entidade(s) adquirente(s) e o fornecedor nos termos do CPA;
- f) Entidades adquirentes** – Para efeitos do contrato são os Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores, indicados no **ANEXO II**;
- g) Fornecedor** – Para efeitos do(s) contrato(s), é o adjudicatário do CPA;
- h) Equipamentos** – Monitores de hemodiálise intermitente e os seus acessórios, unidades portáteis de tratamento de águas, sistema informático, balanças digitais e equipamentos de bioimpedância;
- i) Bens** – consumíveis necessários para a realização dos tratamentos de hemodiálise.

Cláusula Terceira

Âmbito de aplicação do CE

O presente CE aplica-se:

- a)** Ao CPA, a celebrar entre a DRS e o adjudicatário, de acordo com as especificações e requisitos técnicos e operacionais indicados no presente CE, considerando o exposto no **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** do mesmo;
- b)** Ao(s) contrato(s) de aquisição de bens e serviços a celebrar entre a(s) entidade(s) adquirente(s) e o fornecedor selecionado.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

Cláusula Quarta

Objeto do CPA

O CPA tem por objeto o estabelecimento das futuras condições de fornecimento de consumíveis, dispositivos e soluções de hemodiálise com colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores.

Cláusula Quinta

Partes outorgantes do CPA

As partes outorgantes no CPA são:

- a)** A DRS;
- b)** O adjudicatário, pessoa singular ou coletiva, legalmente constituída, podendo fazer-se representar por pessoa com poderes para a celebração do CPA.

Cláusula Sexta

Disposições por que se rege a execução do CPA

1. A execução do CPA obedece:

- a)** Às cláusulas do CPA e ao estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante, ou quaisquer aditamentos que venham a ser estabelecidos de comum acordo entre a entidade adjudicante e o adjudicatário;
- b)** Ao Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual;
- c)** Ao Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores (RJCPRAA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, na sua redação atual;
- d)** A restante legislação portuguesa aqui não citada, mas aplicável, nomeadamente relativa a prejuízos a terceiros, desemprego, trabalho, segurança social e segurança no trabalho.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

2. Para além do disposto neste CE, fica o adjudicatário obrigado ao pontual cumprimento de tudo o demais que se encontrar em vigor e que se relacione com o fornecimento.
3. Além dos documentos normativos indicados neste CE, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que seja aplicável, e não esteja em oposição com os documentos do CPA, as normas portuguesas, as especificações e os documentos de homologação de organismos oficiais, e as instruções de fabricantes ou detentores de patentes.
4. A entidade adjudicante pode, em qualquer momento, exigir ao adjudicatário a comprovação do documento das disposições regulamentares e normas aplicáveis.

Cláusula Sétima

Efeitos

1. A celebração do CPA constitui, perante as entidades adquirentes, o reconhecimento do adjudicatário enquanto fornecedor dos bens e serviços indicados no CE.
2. O CPA define os termos e condições de fornecimento dos bens e serviços pelo(s) fornecedor(es) às entidades adquirentes.
3. Face às notas de encomenda o fornecedor pode apresentar fatores de redução dos preços contratuais constantes do CPA, por aquisição de quantidades ou descontos financeiros.
4. A celebração dos posteriores contratos de fornecimento a celebrar entre a(s) entidade(s) adquirente(s) e o fornecedor é efetuada por ajuste direto, ao abrigo do disposto pelo artigo 258.º do CCP, sem prejuízo da necessidade de autorização, cabimentação e cumprimento das demais obrigações relativas à assunção da respetiva despesa, nos termos e para os efeitos das regras de contabilidade pública aplicáveis.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

Cláusula Oitava

Documentos contratuais do CPA

1. O CPA é reduzido a escrito.
2. Aplica-se o disposto pelo artigo 96.º do CCP quanto aos elementos que fazem parte integrante do CPA, bem como quanto às regras de prevalência em caso de divergência entre os mesmos.
3. Em caso de divergência entre o CPA e os contratos a celebrar entre as entidades adquirentes e o fornecedor prevalece o disposto no primeiro.
4. Em caso de divergência entre o CPA e as notas de encomenda, prevalece o estabelecido no CPA.
5. As dúvidas na interpretação dos documentos contratuais devem ser colocadas pelo adjudicatário à DRS, antes daquele assumir qualquer obrigação contratual com as entidades adquirentes.
6. Se, por motivo justificado, e sem que haja dolo ou negligência, o adjudicatário não puder proceder de acordo com o estabelecido no número anterior, deve fazê-lo logo que possível.

Cláusula Nona

Aditamentos

1. Durante o prazo de vigência do CPA e do contrato podem ocorrer alterações de ordem técnica e financeira relativamente aos bens e serviços, as quais devem ser obrigatoriamente comunicadas e autorizadas pela DRS, quando efetuadas pelo fornecedor.
2. Para efeitos do número anterior, consideram-se aditamentos os decorrentes das seguintes situações:
 - a) Descontinuação de artigos;
 - b) Substituição de artigos;
 - c) Redimensionamento da embalagem;

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

- d) Revisão de Preço;
 - e) Alteração de outros atributos.
- 3.** Os aditamentos tipificados no número anterior deverão ser utilizados da forma e com base nos documentos que a seguir se indicam:
- a) Descontinuação: este aditamento deverá utilizar-se sempre que o artigo deixe de ser comercializado no mercado português, quer a nível público, quer a nível privado, devendo o fornecedor enviar documento original emitido pelo fabricante ou seu representante oficial, logo que do fato tenha conhecimento;
 - b) Substituição: este aditamento deverá utilizar-se quando o fornecedor pretenda substituir um artigo por outro, devendo cumulativamente, a substituição obedecer aos seguintes requisitos:
 - i. O artigo substituto seja do mesmo fabricante;
 - ii. O artigo substituto respeite as características previstas no CE;
 - iii. O artigo substituto apresente preços e condições competitivas, proporcionais à qualidade e quantidade do artigo que visa substituir.Deverá fazer-se acompanhar dos documentos necessários à comprovação dos requisitos acima referidos, bem como de documento que comprove essa substituição junto do INFARMED.
 - c) Redimensionamento da embalagem: este aditamento deve ser utilizado quando o fornecedor pretenda alterar o número de unidades por embalagem, em relação à sua proposta inicial. Deverá ser instruído com os documentos do INFARMED que comprovem a autorização do redimensionamento da embalagem, quando aplicável;
 - d) Revisão de preço: este aditamento deve ser utilizado quando se pretenda aumentar, reduzir ou efetuar descontos em função das quantidades sobre o preço dos bens e serviços, em relação à proposta inicial do fornecedor, nos termos da Cláusula Trigésima Oitava do Título I;

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

- e) Alteração de outros atributos: este aditamento tem carácter residual e deve ser utilizado quando o fornecedor proponha o mesmo artigo, mas pretenda alterar qualquer atributo da sua proposta não contemplado nos restantes tipos de aditamentos, como por exemplo, alteração do prazo de entrega, interrupção temporária do fornecimento, entre outros.

CAPÍTULO II **OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

SECÇÃO I **OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

SUBSECÇÃO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula Décima

Obrigações da entidade adjudicante

Constituem obrigações da DRS:

- a)** Gerir, atualizar, acompanhar e promover a adoção do CPA;
- b)** Disponibilizar linhas orientadoras e apoiar as entidades adquirentes nos procedimentos pré-contratuais com vista à celebração dos contratos com o fornecedor, ao abrigo do CPA;
- c)** Monitorizar a qualidade do fornecimento dos bens e serviços e, quando necessário, intervir na aplicação de sanções;
- d)** Mediar alterações de ordem técnica ou financeira entre as entidades adquirentes e o fornecedor, procedendo a aditamentos ao CPA, se necessário;
- e)** Nomear um gestor do contrato, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 290.º-A do CCP.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

SUBSECÇÃO II
OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Cláusula Décima Primeira

Responsabilidade de intervenção entre as partes

No decorrer do prazo contratual entre as entidades adquirentes e o fornecedor, é responsabilidade da entidade adjudicante intervir na resolução de problemas associados à prestação dos serviços, bem como ao fornecimento dos bens, equipamentos e outros consumíveis, quando as partes não resolvem por si estes conflitos, podendo proceder com aditamentos ao CPA.

SECÇÃO II
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO E FORNECEDOR

SUBSECÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Décima Segunda

Obrigações do adjudicatário perante a DRS

No âmbito do CPA, e sem prejuízo de outras obrigações previstas na lei, o adjudicatário obriga-se, perante a DRS, a:

- a)** Celebrar contratos de fornecimento nas condições estabelecidas, à medida que as entidades adquirentes o requeiram;
- b)** Produzir relatórios de faturação e níveis de serviços e enviar trimestralmente estes relatórios à DRS, para efeitos estatísticos, autorizando expressamente o tratamento dos dados fornecidos, retificando-os sempre que sejam detetadas irregularidades nos valores apresentados;
- c)** Comunicar no prazo máximo de 10 (dez) dias, quaisquer alterações ao pacto social;

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

- d)** Comunicar qualquer alteração do adjudicatário com relevância para a execução do CPA;
- e)** Estar registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado ou, alternativamente, manter atualizado o endereço da sede social, bem como os documentos comprovativos da regularidade da sua situação tributária e contributiva, junto da DRS;
- f)** Comunicar qualquer situação de:
 - i. Impossibilidade temporária de fornecimento de bens e serviços;
 - ii. Impossibilidade legal de fornecimento;
 - iii. Substituição de artigos, com consulta prévia à entidade adjudicante;
 - iv. Descontinuação de artigos.
- g)** Prestar de forma fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços e fornecidos os bens;
- h)** Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela entidade adjudicante quanto aos serviços e bens, designadamente quanto às respetivas especificações técnicas, homologações, certificações, transporte e rotulagem;
- i)** Não alterar as condições contratuais estabelecidas sem prévia autorização da DRS;
- j)** Informar de qualquer facto que possa impossibilitar, total ou parcialmente, o cumprimento das obrigações contratuais a que está adstrito e que possam comprometer a boa execução dos contratos ou do CPA;
- k)** Nomear um representante, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e informar, com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sobre qualquer alteração relativa à sua nomeação.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

Cláusula Décima Terceira

Obrigações do fornecedor perante as entidades adquirentes

No âmbito dos contratos a celebrar ao abrigo do CPA, e sem prejuízo de outras obrigações previstas na lei, o fornecedor obriga-se, perante as entidades adquirentes, a:

- a)** Prestar os serviços e fornecer os bens para os quais são definidas as relações contratuais, no local ou locais definidos pelas entidades adquirentes, conforme as características técnicas mínimas, os prazos e os requisitos definidos no CE e demais documentos contratuais;
- b)** Instalar, montar e proceder a ensaios dos equipamentos necessários à realização das sessões de hemodiálise;
- c)** Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens e serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a cargo;
- d)** Fornecer, manter e renovar todas as licenças dos softwares necessários e incluídos na proposta, garantindo a sua plena utilização sem que daí ocorram custos adicionais para a entidade adjudicante;
- e)** Prestar de forma fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços e fornecidos os bens;
- f)** Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela entidade adquirente quanto aos serviços e bens, designadamente quanto às respetivas especificações técnicas, homologações, certificações, transporte e rotulagem;
- g)** Produzir relatórios de faturação e níveis de serviços e enviar trimestralmente estes relatórios às entidades adquirentes respetivas, para efeitos estatísticos, autorizando expressamente o tratamento dos dados fornecidos, retificando-os sempre que sejam detetadas irregularidades nos valores apresentados;

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

- h)** Informar de qualquer facto que possa impossibilitar, total ou parcialmente, o cumprimento das obrigações contratuais a que está adstrito e que possam comprometer a boa execução dos contratos;
- i)** Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelas entidades adquirentes aquando da realização dos testes a que se refere a Cláusula Vigésima Quarta do Título I deste CE;
- j)** Realizar formação técnica, incluída no preço apresentado na proposta, adequada a todos os profissionais envolvidos no processo de ministração de hemodiálise, incluindo médicos, enfermeiros, assistentes operacionais, técnicos e demais considerados necessários;
- k)** Assegurar a continuidade de fabrico dos bens e respetivos componentes, pelo prazo de duração do contrato, entre o fornecedor e as entidades adquirentes;
- l)** Prestar serviços de garantia, manutenção e assistência técnica dos bens e equipamentos durante todo o prazo de duração do contrato, entre o fornecedor e as entidades adquirentes, responsabilizando-se relativamente à qualidade e substituição em caso de defeito dos bens fornecidos, sem custos adicionais para as entidades adquirentes;
- m)** Nomear um representante, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, e informar, com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sobre qualquer alteração relativa à sua nomeação.

Cláusula Décima Quarta

Entrega dos bens e equipamentos

- 1.** As entregas dos bens e equipamentos deverão efetuar-se nos locais indicados pelas entidades adquirentes identificadas no **ANEXO II** do presente CE.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

2. A entrega dos bens é acompanhada de guia de remessa, da qual consta, designadamente:
 - a) A data de entrega;
 - b) A identificação do fornecedor;
 - c) A identificação do fornecedor subcontratado, se for o caso;
 - d) A identificação da entidade adquirente e local de entrega;
 - e) A data da nota de encomenda;
 - f) A referência do CPA ao abrigo do qual é feito o fornecimento;
 - g) A identificação completa do bem (código, designação, marca, número do lote de fabrico e prazo de validade).
3. A cópia da guia de remessa, assinada e carimbada pela entidade adquirente, fica na posse do fornecedor, constituindo prova bastante da entrega dos bens.
4. A entrega dos equipamentos deve ser acompanhada de todos os documentos, em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento dos mesmos.
5. Além do estipulado no número anterior, deve a entrega ser também acompanhada de todos os acessórios necessários para a boa e integral utilização.

Cláusula Décima Quinta

Entregas calendarizadas e gestão de consumíveis

1. Sem prejuízo do definido nas cláusulas técnicas especiais do Título II do CE, após a entrada em vigor do CPA, podem as entidades adquirentes e o fornecedor ajustar entre si as condições do fornecimento, conforme a necessidade daquelas.
2. As entidades adquirentes podem acordar com o fornecedor a periodicidade das entregas e a quantidade de cada encomenda, beneficiando desta forma mutuamente de condições mais favoráveis, se as houver.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

Cláusula Décima Sexta

Encargos gerais

1. O fornecedor é responsável pelo pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do Contrato nos territórios do país ou países do fornecedor, ou de passagem em transporte.
2. O disposto no número anterior aplica-se ainda à obtenção de quaisquer autorizações e ao pagamento de quaisquer emolumentos ou taxas exigidas pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o fornecedor na execução do Contrato.

Cláusula Décima Sétima

Elementos estatísticos

1. O adjudicatário obriga-se ao envio trimestral de elementos estatísticos referentes às aquisições efetuadas pelas entidades adquirentes, às respetivas entidades, e à DRS.
2. Os elementos estatísticos incluem:
 - a) Relatórios de faturação;
 - b) Relatórios de níveis de serviço.
3. O relatório de faturação deve incluir os seguintes dados, sem prejuízo de outros que a entidade adquirente ou a DRS solicitem:
 - a) Entidade adquirente;
 - b) N.º de contrato / N.º de encomenda;
 - c) Informação sobre os serviços prestados e os bens fornecidos, nomeadamente:
 - i. Descrição quantitativa do fornecimento;
 - ii. Valor global da faturação por entidade adquirente.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

4. O relatório de níveis de serviço deve incluir os seguintes dados:
 - a) Quantidades dos bens encomendados e entregues por entidade adquirente;
 - b) Tempo mínimo, médio e máximo decorrido entre a data da encomenda e a entrega do bem em condições de ser recebido;
 - c) Tipo e quantidade de bens fornecidos sem a qualidade requerida;
 - d) Identificação das ocorrências reportadas pelas entidades adquirentes.
5. Os elementos estatísticos devem ser enviados à DRS, impreterivelmente, até ao dia 20 (vinte) do mês seguinte em relação ao trimestre anterior de vigência do contrato, por correio eletrónico, para o endereço previsto no ponto 3.2. do Programa de Procedimento.
6. Sempre que lhes seja solicitado pela DRS, deve o fornecedor facultar fotocópia das notas de encomenda emitidas pelas entidades adquirentes, bem como das faturas relativas às encomendas efetuadas no âmbito do CPA.

Cláusula Décima Oitava

Interrupção do fornecimento

1. O fornecedor é responsável por danos motivados pela interrupção de prestação dos serviços acessórios ao objeto do presente CE, excetuando-se os casos em que aquela rutura ocorra por motivo de força maior.
2. Sempre que, por motivo de força maior, não for possível prestar o serviço em tempo útil, o fornecedor comunicará tal facto com a maior antecedência possível à entidade adquirente, através do gestor de contrato designado para cada caso particular.
3. Só são consideradas de força maior as circunstâncias que impossibilitem o cumprimento por uma das partes, alheias ao seu controlo, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, nos termos da Cláusula Quadragésima Sexta do Título I do presente CE.

Cláusula Décima Nona

Monitores

1. O fornecedor é obrigado ao fornecimento, instalação, montagem e ensaios dos monitores necessários à realização dos tratamentos de hemodiálise, nos termos das cláusulas técnicas especiais do Título II deste CE.
2. A montagem e colocação em funcionamento dos equipamentos deve ser planeada e efetuada de forma a não perturbar o funcionamento das Unidades de Hemodiálise.

SUBSECÇÃO II

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Cláusula Vigésima

Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante todos os bens e equipamentos constantes no contrato, pelo prazo de execução do contrato entre as entidades adquirentes e o fornecedor, contra quaisquer defeitos que derivem da sua atividade, assim como contra quaisquer discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente CE e na proposta adjudicada, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem e/ou equipamento.
2. A garantia prevista no número anterior abrange, nomeadamente, em caso de falta de conformidade do bem e/ou equipamento com o contrato, o direito a

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

que esta seja reposto sem encargos, por meio de reparação ou de substituição.

3. A expressão «sem encargos», reporta-se às despesas necessárias para repor o bem em conformidade com o contrato, incluindo, designadamente, as despesas de transporte, de mão-de-obra e material.
4. O fornecedor assegura a manutenção integral dos equipamentos e bens fornecidos e os serviços necessários e adequados a verificar e assegurar o bom e contínuo funcionamento dos equipamentos, incluindo nomeadamente:
 - a) O serviço de aconselhamento técnico com vista à resolução de anomalias do bem e/ou equipamento objeto do fornecimento;
 - b) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - c) A desmontagem de peças, componentes, bens ou equipamentos defeituosos ou discrepantes;
 - d) A reparação ou a substituição das peças, componentes, bens ou equipamentos defeituosos ou discrepantes;
 - e) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes, bens ou equipamentos reparados ou substituídos, incluindo todos os sobressalentes e consumíveis necessários ao bom funcionamento dos equipamentos;
 - f) A alteração ou atualização do *software* desses equipamentos quando estes venham a ser substituídos no mercado por outros mais atuais e desde que tal se revele necessário;
 - g) O transporte do bem, equipamento ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens, equipamentos ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - h) A deslocação e estadias no local da instalação do equipamento;

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

- i) Mão-de-obra.
5. As obrigações de garantia previstas nos números anteriores também impendem sobre o fornecedor relativamente aos bens e respetivas peças ou componentes reparados ou substituídos;
 6. A garantia abrange ainda os testes que as entidades adquirentes considerem necessários efetuar aos bens e/ou equipamentos e respetivas peças ou componentes para comprovar a total conformidade e operacionalidade dos mesmos após a correção de defeitos ou discrepâncias detetados.
 7. Quando tenham detetado qualquer defeito ou discrepância, as entidades adquirentes devem notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação ou substituição.
 8. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas no prazo de 72 (setenta e duas) horas a contar da partida do primeiro transporte (avião) para a ilha da entidade adquirente.
 9. Findo o prazo referido no número anterior sem que o fornecedor tenha iniciado a correção da anomalia ou do defeito detetado, a(s) entidade(s) adquirente(s) pode(m) recorrer a terceiros para efetuar a reparação ou substituição em causa, sendo os respetivos custos suportados pelo fornecedor, sem prejuízo da eventual aplicação das penalidades a que haja lugar, nos termos deste CE, até que a reparação se encontre concluída.
 10. Sem prejuízo do referido nos números anteriores, o fornecedor é ainda responsável pelos demais danos decorrentes da anomalia ou do defeito do bem e/ou equipamento entregue, desde que estes sejam imputáveis ao fornecedor, que se constituam na esfera jurídica da(s) entidade(s) adquirente(s).
 11. Os direitos de resolução do contrato e de redução do preço podem ser exercidos mesmo que a coisa tenha perecido ou se tenha deteriorado por motivo não imputável à entidade adquirente.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

12. A entidade adquirente pode exercer qualquer dos direitos referidos nos números anteriores, salvo se tal se manifestar impossível ou constituir abuso de direito, nos termos gerais.
13. Deve ser assegurada a existência de *stocks* mínimos e formação aos técnicos designados pelas entidades adquirentes que permita realização de manutenção de primeira linha.
14. O fornecedor deve obrigatoriamente disponibilizar cópia das folhas de obra de todo o tipo de intervenções que realizar nos equipamentos, que deverão ser enviadas para os respetivos gestores do contrato das entidades adquirentes.

Cláusula Vigésima Primeira

Formação

1. O fornecedor ministrará formação técnica adequada, a realizar nas instalações das entidades adquirentes mediante utilização de técnicos certificados, de acordo com o plano apresentado, desde que dentro do prazo previsto no número 2. da Cláusula Trigésima Terceira do Título I do CE, para validação e operacionalização dos equipamentos e produtos, dirigida aos profissionais afetos aos serviços de hemodiálise nos termos da sua proposta, com duração adequada em cada entidade adquirente.
2. Os consumíveis utilizados durante a formação são da responsabilidade do fornecedor.
3. Sempre que ocorram atualizações nos *softwares*, com alterações significativas de funcionamento dos equipamentos com impacto nos utilizadores, deve igualmente ser prevista formação adequada e sem custos.
4. De igual modo deverá ser ministrada formação para o técnico ou técnicos designados pela entidade adquirente para ficar minimamente habilitados à realização de manutenção de primeira linha com vista ao adequado

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

funcionamento dos monitores de hemodiálise e outros equipamentos de forma a garantir o funcionamento sem interrupções que ponham em causa o regular funcionamento das Unidades de Hemodiálise.

5. Deve igualmente ser assegurada formação periódica, pelo menos uma vez por ano, para atualização permanente de conhecimentos, técnicas e manuseamento de equipamentos.

Cláusula Vigésima Segunda

Seguros

1. É da responsabilidade do fornecedor, no âmbito da execução contratual entre si e as entidades adquirentes, a cobertura, através de contratos de seguro obrigatórios por lei, para os recursos técnicos ou humanos afetos ao serviço contratualizado.
2. A DRS pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor providenciá-la no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

SUBSEÇÃO III

CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS E SERVIÇOS

Cláusula Vigésima Terceira

Conformidade qualitativa e quantitativa

1. Efetuada a entrega dos equipamentos e bens constantes do CPA, as entidades adquirentes, por si ou através de terceiros designados, procedem à inspeção quantitativa e qualitativa dos bens entregues, com vista a verificar respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas no presente CE e/ou na nota de encomenda e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos neste CE e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei, reservando-

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

se a entidade adjudicante e as entidades adquirentes, a todo o tempo, o direito de proceder às verificações convenientes, nomeadamente junto do INFARMED.

2. O fornecedor deve prestar toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização das respetivas inspeções, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. Os bens e equipamentos constantes no contrato devem ser novos, não podendo ter sido utilizados previamente, nem conter peças, componentes ou equipamentos reciclados ou que já tenham sido previamente utilizados, e entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua instalação, utilização e entrada em funcionamento.
4. Todas as despesas e custos com o transporte para o local de entrega dos bens e equipamentos constantes no contrato e respetivos documentos e acessórios, são da responsabilidade do fornecedor.
5. O adjudicatário é responsável perante a DRS e as entidades adquirentes por qualquer defeito ou discrepância dos bens e equipamentos constantes no contrato que existam no momento em que os mesmos lhes são entregues.
6. No ato de entrega, as entidades adquirentes devem, por si ou por intermédio de terceiro por elas designado, diligenciar as operações de verificação quantitativa e qualitativa que julguem convenientes.
7. A operação de verificação quantitativa tem por objetivo a comprovação da conformidade das quantidades entregues e mencionadas na guia de remessa, na nota de encomenda e/ou no presente CE.
8. A operação de verificação qualitativa, que assume a forma de controlo visual, tem por objetivo a comprovação de inexistência de deficiências em termos de acondicionamento das embalagens no ato do transporte.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

9. Em caso de dúvidas justificadas, relativamente à qualidade dos bens, as entidades adquirentes devem solicitar o apoio técnico do INFARMED, dando conhecimento à entidade adjudicante, para a verificação qualitativa em conformidade com o referido nas cláusulas técnicas especiais do Título II deste CE.
10. Para efeitos de verificação da qualidade dos bens, a DRS ou as entidades adquirentes reservam-se o direito de, durante a execução contratual, solicitar a realização de ensaios laboratoriais.
11. No final do contrato será elaborado um auto de devolução dos equipamentos ao fornecedor.
12. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

Cláusula Vigésima Quarta

Testes

1. Após a entrega e instalação, os bens e equipamentos podem ainda ser objeto de testes de aceitação que vierem a ser impostos pelas entidades competentes.
2. Durante a fase de inspeção, mencionada na cláusula anterior, e de realização de testes a que se refere o número anterior, o fornecedor deve prestar toda a cooperação e todos os esclarecimentos solicitados pelas entidades adquirentes, podendo estar presente durante a realização dos testes, através de pessoas devidamente identificadas para o efeito.
3. Os encargos com a realização dos testes são da responsabilidade do fornecedor.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

Cláusula Vigésima Quinta

Aceitação dos bens e equipamentos

1. Caso a inspeção a que se refere a Cláusula Vigésima Terceira do Título I e os testes de aceitação referidos na Cláusula Vigésima Quarta do Título I comprovem a total operacionalidade dos equipamentos, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características ou tenham sido resolvidos, especificações e requisitos técnicos definidos no presente CE, deve ser emitido um auto de receção, assinado, quer pelo representante da entidade adquirente, quer pelo representante do fornecedor.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse para a entidade adquirente, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
3. No auto de receção deverá constar o registo da data de aceitação e deve ser entregue toda a documentação obrigatória, manual de utilização do fabricante e livro de garantia, bem como a ocorrência de eventuais defeitos ou discrepâncias constatadas durante as fases de inspeção e testes de aceitação.
4. A assinatura do auto a que se refere o número 1. da presente cláusula não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente CE.
5. Caso a inspeção a que se refere a Cláusula Vigésima Terceira do Título I e os testes de aceitação referidos na Cláusula Vigésima Quarta do Título I comprovem a total operacionalidade dos bens, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

definidos no presente CE, ou estes tenham sido resolvidos, a entidade adquirente deve aceitar os bens em causa.

6. Deve ser exigida, pela entidade adquirente, a entrega dos bens em falta no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após notificação ao fornecedor.

Cláusula Vigésima Sexta

Rejeição dos bens e equipamentos

1. No caso de os testes de aceitação referidos na Cláusula Vigésima Quarta do Título I e/ou a inspeção indicada na Cláusula Vigésima Terceira do Título I não comprovarem a total operacionalidade e funcionalidade dos bens e equipamentos constantes no contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente CE e seus Anexos e na proposta adjudicada, as entidades adquirentes devem disso informar, por escrito, ao fornecedor, dando conhecimento à DRS, rejeitando total ou parcialmente os bens e/ou equipamentos discrepantes e retendo amostras sobre as quais foi efetuada a observação e o controlo.
2. Para efeitos do disposto no número 1. da presente cláusula, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e/ou equipamentos e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos no presente CE e seus Anexos, bem como na proposta adjudicada.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, a entidade adquirente procede à realização de novos testes de aceitação, se o achar necessário.
4. Findo o prazo referido no número 2 da presente cláusula, sem que o fornecedor tenha iniciado a correção da anomalia ou do defeito detetado, a

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

entidade adquirente pode recorrer a terceiro(s) para efetuar a reparação ou substituição em causa.

5. Os custos da reparação e/ou substituição a que se refere o número anterior são suportados pelo fornecedor mediante desconto nas faturas posteriormente emitidas e sem prejuízo da eventual aplicação das penalidades a que haja lugar, nos termos deste CE, até que a reparação se encontre concluída.
6. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, constitui fundamento para verificação do incumprimento definitivo do contrato pelo fornecedor o não fornecimento e instalação dos bens e equipamentos se, após notificado para o efeito, não apresentar qualquer justificação, bem como não demonstrar a possibilidade de ainda executar o contrato em prazo adequado.

SUBSECÇÃO IV

OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO CPA

Cláusula Vigésima Sétima

Obrigação de celebração de contrato de fornecimento de bens e serviços

1. O fornecedor obriga-se a celebrar, nos termos do presente CE, contratos que tenham por objeto o fornecimento de equipamentos, bens e serviços.
2. Os fornecimentos a que se referem o número anterior abrangem todas as obrigações previstas no presente CE.

Cláusula Vigésima Oitava

Documentos de proposta em fase de formação do contrato entre o fornecedor e as entidades adquirentes

1. O fornecedor, em sede de proposta na fase de formação do contrato entre este e as entidades adquirentes, obriga-se a entregar os seguintes documentos:

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

- a) Listagem de outros consumíveis que o concorrente considere adequados à prestação do serviço, se aplicável;
 - b) Plano de garantia, manutenção e assistência técnica dos bens e equipamentos;
 - c) Documento com proposta de metodologia de gestão de logística e consumíveis.
2. Sem prejuízo da apresentação indicada no número anterior, as entidades adquirentes podem negociar os termos propostos para os documentos elencados nas alíneas b) e c) previamente à entrada em vigor do contrato.

SUBSECÇÃO V

OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO CONTRATO

Cláusula Vigésima Nona

Direitos de propriedade intelectual

São da responsabilidade do fornecedor quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do acordo quadro ou dos contratos celebrados ao seu abrigo, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.

SECÇÃO III

OBRIGAÇÕES DAS ENTIDADES ADQUIRENTES

Cláusula Trigésima

Obrigações das entidades adquirentes

Constituem obrigações das entidades adquirentes:

- a) Celebrar os contratos com o fornecedor, nas condições expressas no presente CE e no CPA;
- b) Celebrar acordo de subcontratação do tratamento de dados pessoais com o fornecedor, nos termos da legislação nacional e comunitária em vigor, se aplicável;

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

- c)** Monitorizar o fornecimento dos bens e serviços no que respeita ao cumprimento das características técnicas, prazos, locais e requisitos fornecimento, e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento;
- d)** Comunicar, em tempo útil, à DRS os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato e reportar os resultados da monitorização;
- e)** Facultar toda a informação relativa aos fornecimentos efetuados ao abrigo do acordo quadro, sempre que lhes seja solicitado pela DRS;
- f)** Utilizar os equipamentos em conformidade com a legislação em vigor aplicável, bem como de forma normal e prudente, como um proprietário diligente procederia;
- g)** Respeitar e fazer respeitar por aqueles a quem confie a utilização dos equipamentos as normas em vigor sobre a utilização dos mesmos, incluindo a verificação do estado geral dos mesmos, quando aplicável;
- h)** Impedir a utilização do equipamento por pessoas não autorizadas;
- i)** Avisar o fornecedor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da sua deteção, de qualquer defeito ou deterioração anormal do equipamento;
- j)** Restituir o equipamento, no término do contrato, no estado que deva derivar do seu uso corrente e normal;
- k)** Nomear um gestor do contrato.

CAPÍTULO III

PRAZOS

Cláusula Trigésima Primeira

Prazo de vigência e produção de efeitos do CPA

- 1.** O CPA tem a duração de 4 (quatro) anos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- 2.** A produção de efeitos do CPA depende da sua homologação pelo Diretor Regional da Saúde, através de despacho, conforme o disposto no artigo 5.º

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

do Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2025/A, de 23 de abril, sem prejuízo das normas de eficácia do contrato previstas no artigo 287.º do CCP.

Cláusula Trigésima Segunda

Prazo de vigência do contrato

1. Os contratos entre o fornecedor e as entidades adquirentes têm a duração de 7 (sete) anos.
2. A duração dos contratos, mencionados no número anterior, justifica-se, nos termos do artigo 48.º do CCP, com o prazo de amortização dos monitores de hemodiálise a fornecer pelo adjudicatário, que é de 14,28% nos termos do Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro (código 1595 da divisão VII – Serviços – Grupo 1 – Serviços de saúde com ou sem internamento).
3. Os contratos a que se refere o número 1. da presente cláusula podem ser celebrados com todas as entidades adquirentes naquele prazo, respeitando o exposto nos artigos 451.º e 440.º do CCP.
4. Os contratos mencionados no número 1. da presente cláusula poderão vigorar nos termos do n.º 4 do artigo 256.º do CCP, com respeito ao artigo 264.º do mesmo diploma.

Cláusula Trigésima Terceira

Prazos

1. Os bens devem ser entregues, às entidades adquirentes, num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da receção da nota de encomenda pelo fornecedor.
2. Os equipamentos devem ser fornecidos e instalados, e deve ser dada formação inicial aos profissionais envolvidos, de modo a que os mesmos possam estar em plenas condições de funcionamento, no prazo máximo de

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

180 (cento e oitenta) dias a contar da data de entrada em vigor do contrato entre a entidade adquirente e o fornecedor.

3. O fornecimento deve ser efetuado no horário de expediente, salvo motivos urgentes e a pedido das entidades adquirentes.
4. Em situações excecionais devidamente comprovadas, designadamente que ocorra um caso de força maior e que implique a suspensão da entrega, deve o fornecedor, logo que dele tenha conhecimento, requerer à(s) entidade(s) adquirente(s) que lhe seja concedida uma prorrogação do respetivo prazo.
5. Sem prejuízo do estipulado no número anterior, considerando outros casos excecionais, devidamente fundamentados, e mediante acordo entre a entidade adquirente e o fornecedor, os prazos determinados nos números anteriores poderão ser alargados.
6. A(s) entidade(s) adquirente(s) deve(m) dar conhecimento, imediato, à entidade adjudicante, das situações referidas nos números 4. e 5. da presente cláusula.

Cláusula Trigésima Quarta

Incumprimento dos prazos de entrega

1. No caso de incumprimento dos prazos de entrega estabelecidos no CPA, o fornecedor em falta fica obrigado ao pagamento da diferença do valor entre o seu preço unitário e o preço unitário do fornecedor a que a(s) entidade(s) adquirente(s) tiver(em) que recorrer.
2. No caso do número anterior, o fornecedor sofre, ainda, uma penalização de 1% (um por cento) do valor por sessão, por cada dia de atraso, até ao limite de 30% (trinta por cento), cujo valor reverterá a favor da(s) entidade(s) adquirente(s).

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

3. As penalidades serão aplicadas por dedução aos pagamentos devidos ao fornecedor, sem prejuízo da reclamação de outras indemnizações que sejam devidas.

CAPÍTULO IV

PREÇO

Cláusula Trigésima Quinta

Características do preço

1. Pelo fornecimento dos bens e serviços objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações contratuais, a entidade adquirente deve pagar ao fornecedor o preço unitário por sessão de hemodiálise constante no CPA, em cumprimento do preço contratual estabelecido, de acordo com as especificações exigidas, ao qual acresce o Imposto de Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor, em que o máximo admitido são 51,75 € (cinquenta e um euros e setenta e cinco cêntimos).
2. O preço base para os bens e serviços a fornecer – e que se fundamenta no preço atualizado resultante de consulta preliminar ao mercado –, é de 13.338.045,00 € (treze milhões, trezentos e trinta e oito mil e quarenta e cinco euros), excluindo o IVA, resultante do número total de sessões estimadas para o prazo total (36 820 sessões anuais x 7 anos), o que totaliza as 257.740 (duzentas e cinquenta e sete mil e setecentas e quarenta) sessões, pelo preço base unitário da sessão, indicado no número anterior, nos termos do disposto pelo artigo 47.º do CCP.
3. Os preços referidos nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída no contrato às entidades adquirentes.
4. Não é devida a cobrança de quaisquer valores que não sejam os referidos no presente CE.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

5. Para efeitos de apresentação das propostas, o preço unitário deve ser expresso com 4 (quatro) casas decimais, sem necessidade da sua indicação por extenso.
6. Se os concorrentes não apresentarem preços unitários com 4 (quatro) casas decimais, será assumido que as restantes em falta, à sua direita, serão de valor igual a zero e consideram-se tantos zeros quantas as casas decimais em falta.
7. Os preços devem sempre referir-se ao fornecimento indicado no CE, incluindo todos os consumíveis e soluções constantes das cláusulas técnicas especiais do Título II, os serviços de assistência técnica e manutenção, e este preço unitário não deve exceder o preço máximo estipulado no número 1. da presente cláusula.

Cláusula Trigésima Sexta

Condições de pagamento

1. O pagamento deve ser efetuado no prazo de 60 (sessenta) dias após a emissão e receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. A obrigação considera-se vencida no último dia de cada mês.
3. As faturas devem ser enviadas mensalmente para a(s) entidade(s) adquirentes, com a indicação do número de compromisso.
4. As faturas devem mencionar em detalhe os aspetos da execução contratual a que dizem respeito, nomeadamente o tratamento a que respeitam, mediante a contabilização dos tratamentos registada pelo serviço, ou em suporte informático, se aplicável, e os custos decompostos por equipamentos, serviços, consumíveis, entre outros.
5. Em caso de discordância quanto aos valores indicados nas faturas, deve a entidade adquirente comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários, proceder à emissão de nova fatura corrigida ou emitir nota de crédito, conforme o caso aplicável.

6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas preferencialmente através de transferência bancária, para o IBAN indicado pelo fornecedor, salvo se outro acordo entre a entidade adquirente e o fornecedor.
7. Não há lugar à realização de pagamentos antecipados.

Cláusula Trigésima Sétima

Suspensão dos pagamentos

1. Nos casos de divergência de faturação resultantes, designadamente, de erros de cálculo e de incorreta atribuição da importância a pagar pelos bens e serviços fornecidos, a entidade adquirente suspenderá os pagamentos que suscitem dúvidas, até que sejam produzidos os esclarecimentos ou efetuadas as correções convenientes, os quais deverão ser feitos dentro do prazo de 60 (sessenta) dias.
2. A mesma suspensão deve ser determinada sempre que forem detetadas irregularidades que se traduzam na prática de atos lesivos dos interesses da entidade adquirente, sem prejuízo do procedimento criminal, contraordenacional ou cível a que houver lugar.
3. A deteção de irregularidades descritas no número anterior pela entidade adquirente deve ocorrer dentro do prazo de pagamento previsto no número 1. da Cláusula Trigésima Sexta do Título I.

Cláusula Trigésima Oitava

Revisão de preço

1. Só serão admitidas revisões aos preços resultantes de imposições legais emanadas das entidades com competência nacional para a regulação desses

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

preços ou por acordo das partes, respeitando o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) publicado pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (www.srea.azores.gov.pt) para o Total de agregados especiais na área dos Serviços, sendo o mês base para o cálculo, o mês correspondente ao do início de vigência do CPA, sendo calculado com base na seguinte fórmula:

$$\text{Preço revisto} = \text{Preço inicial} \times \left(1 + \frac{\text{IPC}_{\text{ma}} - \text{IPC}_{\text{mb}}}{\text{IPC}_{\text{mb}}} \right)$$

Em que:

IPC_{ma} = IPC do mês correspondente ao mês de início de vigência do CPA;

IPC_{mb} = IPC do mês correspondente ao mês que se pretende a atualização de preços.

2. Em caso de alteração do preço do serviço prestado pelo fornecedor nos contratos de aprovisionamento da SPMS E.P.E. para um valor inferior, este obriga-se a atualizar o referido preço neste CPA para uma igual percentagem de redução.

CAPÍTULO V

CUMPRIMENTO E INCUMPRIMENTO

SECÇÃO I

INCUMPRIMENTO DO ADJUDICATÁRIO, PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula Trigésima Nona

Incumprimento

1. O adjudicatário responde, nos termos gerais de direito, por quaisquer danos causados no âmbito do contrato, pela culpa ou pelo risco, advindos do não cumprimento exato e pontual das obrigações contratuais, no todo ou em parte, às quais está vinculado.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

2. O adjudicatário responde igualmente, nos termos em que o comitente responde pelos atos do comissário, pelos prejuízos causados por terceiros contratados no âmbito do contrato.
3. Pelas multas e indemnizações a pagar pelos prejuízos causados respondem, em primeiro lugar, as importâncias que o adjudicatário tenha a receber, no âmbito da execução contratual e, em segundo lugar, os restantes bens do adjudicatário.

Cláusula Quadragésima

Mora do fornecedor

1. O fornecedor incorre em mora sempre que não der cumprimento pontual e integral às obrigações que, por determinação do contrato ou por determinação da entidade adquirente, ao abrigo do mesmo, se encontrem sujeitas a prazo.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, quando, nas obrigações sujeitas a prazo, se verifique que o fornecedor cumpriu de forma defeituosa as obrigações a que estava vinculado, a entidade adquirente notifica-o para proceder ao cumprimento correto e integral das obrigações cumpridas defeituosamente, conferindo, para o efeito, um prazo adequado.
3. Não se aplica o disposto nos números anteriores quando o atraso se deva a atos imputáveis à entidade adquirente ou que resultem de força maior, e ainda quando o cumprimento se tenha tornado impossível.

Cláusula Quadragésima Primeira

Interrupção do fornecimento

1. O fornecedor é responsável por danos motivados pela interrupção de fornecimento dos bens, equipamentos e serviços contratados, excetuando-se os casos em que aquela ocorra por motivo de força maior.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aproveitamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

2. Sempre que, por motivo de força maior, não seja possível fornecer os bens, equipamentos e/ou serviços em tempo útil, o fornecedor comunica tal facto, com a maior brevidade possível, à entidade adquirente.
3. São considerados motivos de força maior as circunstâncias previstas nos termos da Cláusula Quadragésima Sexta do Título I.

Cláusula Quadragésima Segunda

Resolução pela DRS

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do CPA previstos na lei ou no presente clausulado, e das indemnizações legais e contratuais devidas, a DRS pode, em qualquer momento, resolver o CPA, quando o fornecedor incumpra, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações previstas no CE, no CPA ou no contrato, ou quando o fornecedor, durante a sua vigência, se apresente em qualquer das seguintes condições:
 - a) Estado de falência ou insolvência;
 - b) Cessação de atividade;
 - c) Condena o por crime que afete a sua idoneidade profissional e não tenha ocorrido a sua reabilita o judicial;
 - d) Incumprimento pelo adjudicatário de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao CPA;
 - e) Viola o sistemática das condi es contratuais;
 - f) Incumprimento definitivo do CPA por facto imputável ao adjudicatário;
 - g) Incumprimento, por parte do adjudicatário, de ordens, diretivas ou instru es transmitidas no exercício do poder de dire o sobre matéria relativa   execu o das presta es contratuais;
 - h) Oposi o reiterada do adjudicatário ao exercício dos poderes da entidade adjudicante, das entidades adquirentes ou de terceiro por estas designado;

Procedimento n.  20/2024

Concurso Público para a celebra o de Contrato Público de Aproveitamento relativo   presta o de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, solu es e coloca o de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

- i) Se os atrasos, totais ou parciais, do fornecimento de bens, equipamentos ou serviços forem superiores a 30 (trinta) dias no prazo global, devidamente comprovados através de documentação fornecida pelas entidades adquirentes, ou o fornecedor declarar, por escrito, que o atraso em determinada execução excederá esse prazo;
- j) Não apresentar proposta aos convites efetuados ao abrigo do acordo quadro ou apresentar proposta que não seja válida, condicionada ou que possa ter custos indiretos ou futuros que não se encontrem previstos no CE e/ou no CPA;
- k) Não manutenção da regularidade da situação tributária e contributiva, através da disponibilização dos respetivos documentos comprovativos atualizados ou da consulta ao Portal Nacional de Fornecedores do Estado;
- l) Quebra de sigilo e confidencialidade nos termos definidos contratualmente;
- m) Prestação de falsas declarações, incluindo relativamente a terceiros subcontratados;
- n) Se o adjudicatário proceder à cessão da posição contratual ou subcontratação, de forma total ou parcial, realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no CPA, e sem autorização da DRS;
- o) Se o fornecedor em mora não realize a prestação no prazo que lhe haja sido razoavelmente fixado pela entidade adquirente;
- p) Se estiverem reunidos os pressupostos da força maior, desde que a impossibilidade de cumprimento se torne definitiva ou implique comprovadamente um atraso na entrega do bem ou equipamento objeto do fornecimento superior ao permitido no contrato para este tipo de situação;
- q) Se se verificar atraso no cumprimento das obrigações decorrentes de garantia superior ao prazo fixado pela entidade adquirente no contrato;
- r) Valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária excedente ao limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e produz efeitos 5 (cinco) dias após a receção dessa declaração, sendo afastado se este cumprir as obrigações em falta nesse prazo e proceder ao pagamento das penas pecuniárias correspondente, para além de que não determina a repetição do fornecimento já realizado, a menos que tal seja determinado pela DRS.
3. O não exercício do direito previsto na presente cláusula não implica a renúncia ao mesmo.

Cláusula Quadragésima Terceira

Resolução pelas entidades adquirentes

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adquirente pode ainda resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do fornecedor violar de forma grave e/ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nas seguintes situações:
 - a) Verificação de atraso, total ou parcial, no fornecimento dos bens, equipamentos, objeto do contrato, superior a 8 (oito) dias;
 - b) Verificação de atraso, total ou parcial, na prestação de serviços, objeto do contrato, superior a 2 (dois) dias
 - c) Apresentação de declaração escrita pelo fornecedor nos termos da qual seja alegada futura verificação de atraso, total ou parcial, no fornecimento ou prestação superior aos prazos supramencionados;
 - d) Incumprimento pelo fornecedor de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
 - e) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao fornecedor;

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

- f) Incumprimento, por parte do fornecedor, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - g) Oposição reiterada do fornecedor ao exercício dos poderes da entidade adquirente ou de terceiro por esta designado;
 - h) Quebra de sigilo e confidencialidade nos termos definidos contratualmente;
 - i) Provocação de conflitos com os trabalhadores, utentes ou outras pessoas que se relacionem com a entidade adquirente;
 - j) A prática de atos com dolo ou negligência que prejudiquem o normal funcionamento da entidade adquirente;
 - k) A recusa em conformar a programação dos trabalhos com as necessidades e imperativos da atividade prestada na entidade adquirente;
 - l) Oposição às operações de inspeção e testes;
 - m) Quando se verificar que as características do fornecimento não correspondem às que foram contratualmente acordadas;
 - n) Se o fornecedor proceder à cessão da posição contratual ou subcontratação, de forma total ou parcial, realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, e sem autorização da entidade adquirente;
- 2.** O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e produz efeitos 5 (cinco) dias após a receção dessa declaração, sendo afastado se este cumprir as obrigações em falta nesse prazo e proceder ao pagamento das penas pecuniárias correspondente, para além de que não determina a repetição do fornecimento já realizado, a menos que tal seja determinado pela entidade adquirente.
- 3.** O não exercício do direito previsto na presente cláusula não implica a renúncia ao mesmo.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

Cláusula Quadragésima Quarta

Indemnização por resolução pela entidade adquirente

1. Em caso de resolução do contrato pela entidade adquirente por facto imputável ao fornecedor, fica este obrigado ao pagamento de uma indemnização, a título de cláusula penal indemnizatória, computada em 15% (quinze por cento) do respetivo preço contratual.
2. A indemnização deve ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação ao fornecedor para esse efeito.
3. O previsto no n.º 1 não obsta a que a entidade adquirente exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula Quadragésima Quinta

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a DRS ou as entidades adquirentes podem exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos equipamentos ou bens objeto do contrato, até 10‰ (dez por mil) do montante correspondente ao respetivo preço anual do contrato, por cada dia de atraso, sem prejuízo da cláusula penal prevista no n.º 2 da presente cláusula;
 - b) Pelo incumprimento das obrigações de assistência técnica e manutenção, até 5‰ (cinco por mil) do montante correspondente ao respetivo preço anual do contrato;
 - c) Em caso de resolução do contrato por incumprimento total ou parcial do fornecedor, a DRS pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% (vinte por cento) do preço contratual ou da parte em falta conforme a situação.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

2. Ao valor das penas pecuniárias previstas no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1 da presente cláusula, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
3. As sanções contratuais e a indemnização devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação ao fornecedor, por escrito, para esse efeito.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a DRS e/ou a entidade adquirente têm em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. As penalidades previstas no n.º 1 têm a natureza de cláusula penal indemnizatória, e consideram-se aplicadas por comunicação ao fornecedor, por escrito.
6. As entidades adquirentes podem compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a DRS ou a entidade adquirente exija uma indemnização pelo dano excedente.
8. Sempre que um facto dê origem ao pagamento de penalidades e que possa originar a resolução do mesmo, a aplicação de penalidades que sejam devidas por esse facto não prejudica as obrigações indemnizatórias decorrentes da resolução do Contrato.
9. Não haverá lugar a pagamento de qualquer sanção se o atraso for imputado à entidade adjudicante ou às entidades adquirentes.
10. O valor global das penalidades a aplicar não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor da fatura mensal sem penalidades, exceto nos casos em que, sendo atingido aquele limite, a DRS e/ou a entidade adquirente decida

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, caso em que é elevado para 30% (trinta por cento).

Cláusula Quadragésima Sexta

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, catástrofes naturais, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham, se aplicável;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados, se aplicável;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A verificação de situação de força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

SECÇÃO II

INCUMPRIMENTO PELA ENTIDADE ADQUIRENTE

Cláusula Quadragésima Sétima

Mora da entidade adquirente

1. O atraso em qualquer pagamento pela entidade adquirente não autoriza o fornecedor a invocar a exceção de não cumprimento de quaisquer das obrigações previstas no contrato, salvo se o montante em dívida exceder os 25% (vinte e cinco por cento) do respetivo preço global.
2. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

Cláusula Quadragésima Oitava

Resolução pelo fornecedor

1. O fornecedor só pode resolver o Contrato nos seguintes casos:
 - a) se a entidade adquirente se atrasar no pagamento de qualquer fatura, em mais de 6 (seis) meses, desde que a mesma não tenha sido objeto de reclamação;
 - b) quando o montante do crédito, excluindo juros, da entidade adquirente for igual ou superior a 30% (trinta por cento) do preço contratual.
2. Nos casos a que se referem as alíneas do número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à entidade adquirente e produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo quando a entidade adquirente cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros a que houver lugar.
3. Nos restantes casos previstos, o direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
4. A resolução do contrato nos termos anteriores determina a cessão de todas as obrigações do fornecedor previstas no contrato, com exceção das obrigações respeitantes ao dever de sigilo e à proteção de dados.

CAPÍTULO VI

VICISSITUDES

Cláusula Quadragésima Nona

Atualização e alterações ao CPA

1. A DRS poderá, nos termos do n.º 3 do artigo 257.º do CCP, atualizar as características dos bens ou serviços.
2. A eventual atualização dos bens objeto do CPA deve obedecer aos seguintes requisitos:
 - a) Que sejam da mesma marca dos produtos constantes da proposta inicial;

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

- b) Que entrem em substituição dos bens já existentes;
- c) Que tenham, no mínimo, os requisitos legais, técnicos, funcionais e ambientais exigidos para cada um dos bens objeto do CPA.

Cláusula Quinquagésima

Modificações objetivas ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data a acordar pelas partes.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
3. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Ato administrativo da entidade adjudicante.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Cláusula Quinquagésima Primeira

Subcontratação

1. Após a celebração do CPA o fornecedor só pode subcontratar com terceiros nos termos legalmente previstos, e com expressa autorização, por escrito, da DRS.
2. O fornecedor outorgante do CPA é sempre responsável pelo incumprimento de terceiros, seus subcontratados.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

3. Os subcontratados devem estar habilitados para o fornecimento objeto do procedimento e/ou para os serviços inerentes ao CPA e contrato, devendo o fornecedor entregar documento comprovativo da autorização da comercialização respeitante à entidade subcontratada.

Cláusula Quinquagésima Segunda

Cessão da posição contratual

1. No decurso da execução do CPA a DRS pode, a pedido fundamentado do fornecedor, e com concordância das entidades adquirentes, autorizar a cessão da correspondente posição contratual.
2. Para efeitos de obtenção da autorização deve ser apresentada pelo eventual cessionário toda a documentação exigida ao fornecedor selecionado no respetivo procedimento, nomeadamente de que não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP e a apresentação dos demais documentos de habilitação exigidos no Programa de Procedimento.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Quinquagésima Terceira

Notificações, informações e comunicações

1. Cada uma das partes no CPA deve informar a outra, no prazo de 15 (quinze) dias, de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução dos mesmos, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada parte no CPA deve avisar a outra, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do seu conhecimento, de quaisquer circunstâncias, constituam ou não casos de força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer das suas obrigações contratuais.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aproveitamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

3. No prazo previsto no número anterior, a parte deve ainda informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do CPA e do contrato.
4. Todas as notificações, informações ou comunicações previstas, ou outras que se revelem necessárias, realizadas entre qualquer das partes envolvidas, ao longo do acompanhamento e/ou no âmbito da execução contratual, devem ser efetuadas entre o representante do fornecedor e os gestores do CPA e/ou do contrato, por correio eletrónico.
5. As notificações, informações e comunicações devem ser efetuadas com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
6. Salvo estipulação em contrário, os atos administrativos inerentes à execução do CPA, só produzem efeitos após a notificação.

Cláusula Quinquagésima Quarta

Regras para a contagem de prazos

A contagem dos prazos na fase de execução do CPA é feita nos termos do art.º 471º do CCP.

Cláusula Quinquagésima Quinta

Dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à DRS ou às entidades adquirentes, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula Quinquagésima Sexta

Proteção de Dados

O adjudicatário/fornecedor obriga-se a cumprir – bem como a garantir o cumprimento por parte dos seus colaboradores ou subcontratados –, as disposições legais em vigor em matéria de proteção de dados, nomeadamente, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto de 2019, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

Cláusula Quinquagésima Sétima

Gestor de Contrato

1. Será designado um gestor do contrato pela entidade adjudicante, nos termos previstos na alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º do CCP, para efeitos de acompanhamento permanente do contrato, ao abrigo do disposto pelo artigo 290.º-A do mesmo diploma.
2. As entidades adquirentes devem também, na altura de contratação, nomear um gestor do contrato que será responsável por acompanhar permanentemente a sua execução.
3. O gestor do contrato deverá, ainda, servir de contacto entre as partes para os diversos assuntos contratuais e constituir a interface entre a entidade adjudicante e o adjudicatário, e entre a entidade adquirente e o fornecedor sobre todos os assuntos que possam surgir, entre os quais irregularidades

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

que possam ser detetadas, acompanhamento de visitas de rotina ou de intervenção, entre outros, assim como a validação de todos os documentos e registos resultantes de quaisquer questões contratuais.

Cláusula Quinquagésima Oitava

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula Quinquagésima Nona

Disposições legais e contratuais aplicáveis

A tudo o que não estiver especialmente previsto no presente CE, aplica-se a legislação regional, nacional e comunitária sobre a matéria, designadamente:

- a)** O Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, na sua redação atual;
- b)** O diploma da central de compras para o sector da saúde da Região Autónoma dos Açores, designadamente o Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2025/A, de 23 de abril;
- c)** O Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- d)** O Regime Jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica e funcionamento das centrais de compras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro;
- e)** As normas portuguesas e comunitárias aplicáveis;
- f)** Os documentos contratuais.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

TÍTULO II
CLÁUSULAS TÉCNICAS ESPECIAIS

Cláusula Primeira

Bens e serviços a fornecer

Os bens, equipamentos e serviços a fornecer ao abrigo do CPA dizem respeito à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores, nos termos e condições do presente CE.

Cláusula Segunda

Locais de Fornecimento

Os bens e equipamentos deverão ser entregues e os serviços devem ser prestados nas instalações das entidades adquirentes, nomeadamente nas seguintes entidades:

- a)** Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R. (HDES);
- b)** Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R. (HSEIT);
- c)** Hospital da Horta, E.P.E.R. (HH) e na Ilha do Pico (a funcionar no Centro de Saúde da Madalena do Pico).

Cláusula Terceira

Estimativas

A média anual de sessões de hemodiálise, por entidade adquirente, cujos dados são disponibilizados na tabela infra, não tem qualquer carácter vinculativo, uma vez que se trata de valores meramente estimados, com base em dados estatísticos e sujeitos a variação durante a execução do contrato.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

Entidade adquirente	Estimativa anual
HDES	19.000
HSEIT	12.700
HH – Faial/Pico	5.120 (3.840 Faial / 1.280 Pico)
TOTAL	36.820

Cláusula Quarta

Outras obrigações do fornecedor

Sem prejuízo das demais obrigações do presente CE, ao abrigo do presente procedimento, o fornecedor é responsável por:

- a)** Disponibilizar os seguintes equipamentos: monitores de hemodiálise intermitente e os seus acessórios, unidades portáteis de tratamento de água, sistema informático, balanças digitais e equipamentos de bioimpedância;
- b)** Garantir a montagem dos equipamentos identificados na alínea anterior, assim como a sua manutenção e assistência técnica, onde se incluam peças, bem como todas as ações necessárias de forma a assegurar o bom funcionamento dos equipamentos;
- c)** Fornecer todas as soluções de hemodiálise, consumíveis e dispositivos necessários à realização, em segurança, dos tratamentos, através de técnicas de hemodiálise de baixo e/ou alto fluxo e/ou hemodiafiltração, permitindo unipunção e bipunção;
- d)** Implementar o *software* adequado;
- e)** Garantir o acompanhamento e formação da implementação dos equipamentos e materiais, durante o período de tempo necessário à aprendizagem e consolidação das competências dos profissionais das entidades adquirentes, sendo da competência do fornecedor:
 - i.** Assegurar, organizar e realizar a necessária formação interna e externa dos profissionais envolvidos;

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

- ii. Garantir a duração necessária para aprendizagem teórico-prática do funcionamento dos equipamentos e *software*;
 - iii. Sem prejuízo do previsto nas subalíneas antecedentes, assegurar, sempre que solicitado pelas entidades adquirentes, a formação continuada das equipas médicas, de enfermagem e dos técnicos de manutenção de primeira linha, durante o prazo de vigência do contrato e eventuais prorrogações;
- f) Efetuar a manutenção preventiva e curativa das unidades portáteis de tratamento de águas a fornecer, com capacidade para pelo menos um monitor de hemodiálise.

Cláusula Quinta

Monitores de hemodiálise

1. O fornecedor deve equipar, em regime de contra consumo, cada uma das entidades adquirentes com os monitores constantes da seguinte tabela, sendo estes equipamentos de última geração para tratamento substitutivo da função renal.

Entidade adquirente	Número de equipamentos
HDES	40
HSEIT	24
HH – Faial/Pico	25 (18 Faial / 7 Pico)

2. O modelo dos monitores a utilizar deve ser igual em todas as entidades adquirentes.
3. Os monitores a instalar nas entidades adquirentes devem ser novos, de última geração, com capacidade para produção de dialisante e de soluto de substituição *on-line*.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

4. O adjudicatário deve indicar na proposta as condições que se revelem necessárias à instalação e adaptação, sendo da sua responsabilidade todos os encargos e despesas associados a obras ou alterações que se revelem necessários para a correta implementação da solução.
5. Os monitores a instalar pelo fornecedor deverão cumprir os seguintes requisitos mínimos, sob pena de exclusão da proposta:
 - a) Os equipamentos devem estar preparados para a realização de hemodiálise convencional, de baixo e alto fluxo e de técnicas convectivas, hemodiafiltração e hemofiltração, permitindo unipunção e bipunção;
 - b) Toda a informação dos fluxos de trabalho automatizados estará disponível em ecrã tátil, de fácil leitura e interpretação, bem como todos os parâmetros de funcionamento;
 - c) Em situação de alarme, deverá disponibilizar toda a informação necessária à fácil e rápida compreensão da origem do mesmo;
 - d) Serão equipados, entre outras, com as seguintes funcionalidades: monitorização de pressão arterial, ultrafiltração controlada, determinação de Kt/V durante o tratamento dialítico;
 - e) Capacidade de dupla-bomba em pelo menos seis monitores no HDES, em três monitores no HSEIT, em dois monitores no HH e num monitor na Ilha do Pico;
 - f) O tempo de desinfeção dos monitores deve ser igual ou inferior a 45 (quarenta e cinco) minutos;
 - g) O tempo de calibração igual ou inferior a 20 (vinte) minutos, para situações de urgência em pelo menos três monitores no HDES, em dois monitores no HSEIT, num monitor no HH;
 - h) Devem ser asseguradas a possibilidades de desinfeção térmica e química, assim como a programação de horários de desinfeção;

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

- i) Devem prever a possibilidade de se efetuar a transição para a hemodiafiltração;
- j) Homologação/certificação CE;
- k) Permitir fácil procedimento de colheita de amostras para realização de análises da qualidade da água nos monitores.

Cláusula Sexta

Balanças digitais

1. Serão fornecidas, a cada uma das entidades adquirentes, balanças digitais nas seguintes quantidades:
 - a) HDES: uma unidade;
 - b) HSEIT: uma unidade;
 - c) HH: uma unidade no Faial e uma unidade no Pico.
2. As balanças digitais devem ter as seguintes características:
 - a) Permitir a pesagem de doentes em pé, em cadeira de rodas ou em maca;
 - b) Capacidade superior a 250 kg (duzentos e cinquenta quilogramas);
 - c) Integrar com o sistema informático, equipado pelo fornecedor, posteriormente especificado;
 - d) Consideram-se incluídas as manutenções preventivas e corretivas.

Cláusula Sétima

Equipamentos de bioimpedância

1. Serão fornecidos, a cada uma das entidades adquirentes, equipamentos de bioimpedância nas seguintes quantidades:
 - a) HDES: uma unidade;
 - b) HSEIT: uma unidade;
 - c) HH: uma unidade no Faial.
2. Os equipamentos de bioimpedância devem ter as seguintes características:

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

- a) Equipamento de impedância bioelétrica multifrequência, que realize medições através de quatro elétrodos;
- b) Incluir os elétrodos e outros possíveis consumíveis de utilização necessários, durante a vigência do contrato;
- c) Consideram-se incluídas as manutenções preventivas e corretivas.

Cláusula Oitava

Sistema informático

- 1. Todos os monitores deverão estar ligados em rede a uma aplicação informática que permita a recolha, armazenamento e gestão dos dados das prescrições clínicas, dos tratamentos e dos dados dos doentes.
- 2. Deverá estar garantida a interface com o sistema informático, de cada uma das entidades adquirentes, permitindo, de forma automática/digital, a prescrição individualizada dos diversos tipos de tratamentos dialíticos, bem como a gestão dos dados terapêuticos, ou através de *software* proprietário do fornecedor, em que o sistema informático deve:
 - a) Garantir gestão centralizada por hospital;
 - b) Integração com monitores e balanças digitais;
 - c) Identificação de utentes;
 - d) Protocolo de integração HL7;
 - e) Possibilitar prescrição e cálculo de dose;
 - f) Registo de parâmetros das sessões de diálise;
 - g) Registo de dados clínicos e demográficos, de natureza variada;

Onde se incluem:

- i) Ligações aos monitores;
- ii) Gestão do sistema, com parametrizações clínicas;
- iii) Integração com os diversos sistemas informáticos dos hospitais;

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

- iv) Extração de dados para análise e apoio à decisão clínica, assim como de suporte à gestão;
 - v) *Layout* apelativo e de fácil utilização;
 - vi) Incluir *hardware* e servidores, embora suportando-se em infraestrutura do hospital.
3. O fornecedor será integralmente responsável pela obtenção, manutenção e renovação de todas as licenças necessárias ao pleno funcionamento da solução de *software*, sem custos para a entidade adjudicante ou para as entidades adquirentes, abrangendo:
- a) A base de dados;
 - b) Os sistemas operativos;
 - c) Quaisquer outros componentes de *software* relevantes.

Cláusula Nona

Consumíveis necessários para a realização dos tratamentos previstos

1. Caso se verifique a necessidade da existência de algum consumível adicional, para além dos referidos no número 10. desta cláusula, e que seja necessário à realização da sessão, que não conste dessa lista, deve o adjudicatário enumerá-los na sua proposta, não podendo, no entanto, ser faturados adicionalmente a cada uma das entidades adquirentes.
2. Todos os custos dos consumíveis adicionais devem estar incluídos no valor de cada sessão.
3. Caso o adjudicatário não indique, em sede de proposta, os consumíveis adicionais previstos nos números anteriores, será da sua responsabilidade fornecê-los e suportar os respetivos custos em sede contratual.
4. Por outro lado, caso algum dos consumíveis descritos no número 10. da presente cláusula não se aplique (por questões que se entendam de

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

- compatibilidade v.g.), mediante validação das entidades adquirentes, serão admitidas alternativas que permitam o mesmo fim.
5. Considera-se ainda incluído no custo de cada sessão a percentagem de 5% (cinco por cento) relativa à habitual cifra de perdas e danos de consumíveis para os tratamentos.
 6. Serão ainda da responsabilidade do adjudicatário todos os materiais e consumíveis necessários à manutenção e reparação dos monitores.
 7. Caso se verifique em algum utente reações de hipersensibilidade aos dialisadores predefinidos, o adjudicatário obrigar-se-á a fornecer, de forma continuada, os dialisadores alternativos adequados, devendo ainda prever a existência destes últimos, em *stock* mínimo, nos serviços.
 8. No caso das unidades de hemodiálise terem reunidas condições de segurança de qualidade de água que permita prescrição dialítica de alto fluxo e de técnicas convectivas, o adjudicatário compromete-se a fornecer dialisadores adequados de forma continuada.
 9. No sentido inverso, caso seja necessário instituir diálise de baixo fluxo, o adjudicatário compromete-se a fornecer dialisadores adequados de forma continuada.
 10. Devem ser considerados os consumíveis presentes na próxima tabela, sem prejuízo de outros que possam vir a ser necessários, conforme indicado no número 1. da presente cláusula:

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

ARTIGO	ESPECIFICAÇÃO
CONSUMÍVEIS	
Seringa de heparinização	Seringa descartável para heparinização compatível com o equipamento e indicada pelo fornecedor
Agulha de fístula ou prótese A-V 17 G	Cânula rotativa siliconizada, biocompatível tamanho 17G, back-eye, aletas com codificação de cores, tubo extensor transparente e flexível com clamp, conector de dupla rosca e tampa luer lock
Agulha de fístula ou prótese A-V 16 G	Cânula rotativa siliconizada, biocompatível tamanho 16G, back-eye, aletas com codificação de cores, tubo extensor transparente e flexível com clamp, conector de dupla rosca e tampa luer lock
Agulha de fístula ou prótese A-V 15 G	Cânula rotativa siliconizada, biocompatível tamanho 15G, back-eye, aletas com codificação por cores, tubo extensor transparente e flexível com clamp, conector de dupla rosca e tampa luer lock
Kit ON/OFF para FAV (fístula arteriovenosa) e PTFE (prótese)	1 campo esterilizado 50x60, 1 seringa 10cc, 5 compressas 10x10 esterilizadas TNT, 1 toalhete com solução de alcoólica a 70%, 2 fitas de penso estéreis
Dialisador capilar para hemodiálise de BAIXO FLUXO, com área entre 1.0 e 1.5 m ²	Membrana biocompatível sintética de baixa permeabilidade / baixo fluxo e alta eficiência, com superfície de 1.0 a 1.5 m ²

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

ARTIGO	ESPECIFICAÇÃO
Dialisador capilar para hemodiálise de BAIXO FLUXO, com a área entre 1.6 e 1.8 m ²	Membrana biocompatível sintética de baixa permeabilidade / baixo fluxo e alta eficiência, com superfície de 1.6 a 1.8 m ²
Dialisador capilar para hemodiálise de BAIXO FLUXO, com área entre 2.0 e 2.5 m ²	Membrana biocompatível sintética de baixa permeabilidade / baixo fluxo e alta eficiência, com superfície de 2.0 a 2.5 m ²
Dialisador capilar para hemodiálise de ALTO FLUXO / hemodiafiltração, com a área entre 1.0 e 1.5 m ²	Membrana biocompatível sintética de alta permeabilidade / alto fluxo, com superfície de 1.0 a 1.5 m ²
Dialisador capilar para hemodiálise de ALTO FLUXO / hemodiafiltração, com a área entre 1.6 e 1.8 m ²	Membrana biocompatível sintética de alta permeabilidade / alto fluxo, com superfície de 1.6 a 1.8 m ²
Dialisador capilar para hemodiálise de ALTO FLUXO / hemodiafiltração, com a área entre 2.0 e 2.5 m ²	Membrana biocompatível sintética de alta permeabilidade / alto fluxo, com superfície de 2.0 a 2.5 m ²
Linha sangue arterio-venosa para hemodiálise, compatível com os monitores e dialisadores	Linha de circuito extracorporeal, com duas linhas, compatível com o equipamento de hemodiálise, com possibilidade de entrada da administração de terapêutica no circuito
Adaptador em Y para UNIPUNÇÃO com clamp	Adaptador em formato de Y para UNIPUNÇÃO, com clamps e tampas luer-lock

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

ARTIGO	ESPECIFICAÇÃO
Linha sangue arterio-venosa para hemodiálise com UNIPUNÇÃO, compatível com os monitores e dialisadores	Linha de circuito extracorporal compatível com o equipamento de hemodiálise, com duas linhas para sistema de UNIPUNÇÃO, com clamps de segurança, com possibilidade de entrada da administração de terapêutica no circuito
Linha sangue arterio-venosa para hemodiafiltração, compatível com os monitores	Linha de circuito extracorporal, com duas linhas, compatível com o equipamento de hemodiafiltração, com possibilidade de entrada da administração de terapêutica no circuito
Linha de reinfusão	Linha de circuito extracorporal de reinfusão para uso na hemodiafiltração, caso seja requerida pelo equipamento
Penso para hemostase de fistula artéria / venosa	Penso rápido, hipoalérgico, neutro, impermeável, autocolante, com compressa hemostática com cerca de 7cmx2,5cm
SOLUÇÕES DE HEMODIÁLISE / LÍQUIDO DE INFUSÃO PARA HEMODIAFILTRAÇÃO	
Concentrado sólido de bicarbonato de sódio e cloreto de sódio ou concentrado sólido de bicarbonato de sódio	Para preparação de líquido de diálise, com todas as capacidades (em g) disponíveis, compatível com o equipamento
Concentrado líquido de electrólitos	Para preparação de líquido de diálise, com todas as concentrações de potássio e cálcio disponíveis, com e sem glicose e com e sem citrato, compatível com o equipamento
Bolsas de líquido de infusão	Para uso na hemodiafiltração, caso sejam requeridas pelo equipamento

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

ARTIGO	ESPECIFICAÇÃO
OUTROS CONSUMÍVEIS	
Ultrafiltros da solução de diálise	Adequados aos monitores de hemodiálise
Produtos utilizados na desinfecção e desincrustação interna dos monitores de hemodiálise após cada sessão.	Compatíveis com o equipamento e indicados pelo fornecedor
Tiras reativas de presença/ausência de desinfetante.	Compatíveis com o equipamento e indicados pelo fornecedor

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

Cláusula Décima

Unidade portátil de tratamento de água

1. Será fornecido, a cada uma das entidades adquirentes, equipamento móvel para tratamento de água, com capacidade de produção para alimentação de pelo menos um monitor de hemodiálise, nos seguintes termos:
 - a) HDES: quatro unidades;
 - b) HSEIT: duas unidades;
 - c) HH: duas unidades no Faial.
2. As unidades portáteis de tratamento de água devem ter as seguintes características:
 - a) A qualidade da água produzida será adequada à realização de tratamentos de hemodiálise;
 - b) Este equipamento é constituído por uma unidade de pré-tratamento e osmose inversa, montada sobre suporte rodado, e com conectores que permitam a recolha de amostras de água da análise;
 - c) A manutenção e o fornecimento de consumíveis necessários ao seu funcionamento serão da responsabilidade do fornecedor;
 - d) Desinfecção térmica;
 - e) Desinfecções automáticas programáveis;
 - f) Só serão admitidos equipamentos novos.

Cláusula Décima Primeira

Assistência técnica e manutenção dos equipamentos de hemodiálise

1. O fornecedor será responsável pela manutenção preventiva e curativa integral dos monitores e restantes equipamentos a instalar, para tal deverá fazer deslocar, a cada uma das entidades adquirentes, os técnicos que julgar convenientes para a realização daquelas tarefas, pelo menos trimestralmente

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

- ou de acordo com plano de manutenção proposto, desde que nunca de periodicidade superior a três meses.
2. O fornecedor deverá garantir disponibilidade para contacto à distância em caso de necessidade encontrada pelos serviços hospitalares, 24 (vinte e quatro) horas/dia, 7 (sete) dias por semana.
 3. O adjudicatário deverá dotar os serviços de cada uma das entidades adquirentes com um conjunto de ferramentas específicas para os equipamentos a manter, de forma a que os técnicos do Serviço de Instalações e Equipamentos (SIE) possam cumprir cabalmente as tarefas que lhes serão acometidas.
 4. Mais se compromete o adjudicatário a dar formações aos técnicos das entidades adquirentes, salvaguardando o tempo considerado necessário, para a realização de todas as tarefas de manutenção de primeira linha de forma autónoma, sendo a mesma devidamente certificada e renovável com a periodicidade necessária.
 5. Sempre que se verifique a necessidade de apoio aos técnicos do SIE, deverá o fornecedor fazer deslocar técnico credenciado para o efeito.
 6. Compete ao fornecedor apresentar um Plano Anual de Manutenção Preventiva, bem como a periodicidade recomendada para a realização do mesmo.
 7. Todas as intervenções realizadas no âmbito da manutenção devem dar origem a um relatório técnico a remeter ao Diretor Clínico do Serviço e ao SIE, em suporte digital.
 8. O fornecedor deve ainda considerar a realização de um relatório anual resumindo a atividade de manutenção e de assistência.
 9. De igual modo devem estar sujeitas à elaboração de relatório as intervenções a realizar pelos técnicos de manutenção de primeira linha.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

- 10.** Dos relatórios indicados nos números anteriores devem constar obrigatoriamente:
- a) Número de série do equipamento;
 - b) Marca e Modelo;
 - c) Descrição da intervenção;
 - d) Identificação das peças utilizadas;
 - e) Data e hora de início e de fim;
 - f) Identificação do técnico que realizou a intervenção.
- 11.** O fornecedor deverá dotar o serviço de um *stock* mínimo de peças, acessórios ou outros, consoante o número de equipamentos a instalar, em cada umas das entidades adquirentes, sendo responsável pela atualização do mesmo, durante toda a vigência do contrato, em função das necessidades.
- 12.** Em caso de avaria, que os serviços considerem de carácter urgente, em situação que comprometa o número de tratamentos e o adequado funcionamento do centro de diálise, que não seja possível solucionar por intermédio dos técnicos formados localmente, compete ao adjudicatário, no prazo de 72 (setenta e duas) horas desde o reporte da avaria pelo hospital, efetuar a manutenção corretiva, procedendo à reparação e/ou substituição de peças, sendo todos os custos associados, para além dos anteriormente previstos, os relativos a deslocações, estadas e mão de obra, assumidos pelo fornecedor.
- 13.** Na situação mencionada no número anterior, deve ainda o fornecedor indicar, em sede contratual, o canal de comunicação formal para o efeito de reporte de avaria.
- 14.** O fornecedor fica ainda responsável pela alteração ou atualização do *software* dos equipamentos, quando este venha a ser substituído no mercado por outro mais atual.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

Cláusula Décima Segunda

Assistência técnica e manutenção da unidade portátil de tratamento de água

1. Deve ser efetuada a manutenção preventiva e corretiva destes equipamentos de acordo com o plano de manutenção a propor pelo fornecedor e a aprovar pelas entidades adquirentes, de modo a que, segundo as especificações do Manual de Boas Práticas de Diálise Crónica, da Ordem dos Médicos (Edição de 2017 ou mais recente, caso se aplique):
 - a) Seja garantida a produção de água ultra pura;
 - b) A desinfeção periódica seja realizada quinzenalmente ou em caso de urgência identificada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, salvo se indicado outro prazo, conforme as situações;
 - c) A desinfeção periódica seja sempre realizada após as recolhas para análise e controlo da qualidade química e bacteriológica.
2. Compete ao fornecedor, garantir todos os sobressalentes e ferramentas necessários à manutenção e reparação do equipamento, bem como o fornecimento de todos os consumíveis.
3. Compete aos SIE realizar as intervenções de primeira linha devendo, para tal, o fornecedor prestar a formação adequada aos funcionários indicados.
4. Compete ao fornecedor garantir a presença de técnico seu, sempre que a intervenção de primeira linha, a efetuar pelas entidades adquirentes, não tenha capacidade de resposta.

Cláusula Décima Terceira

Outros Consumíveis, peças e acessórios

1. Caso existam outros consumíveis, associados ao equipamento, nomeadamente produtos farmacêuticos, material clínico, peças e acessórios, o adjudicatário deverá propô-los às entidades adquirentes, nos termos da

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores

Caderno de Encargos

Cláusula Vigésima Oitava do Título I, embora os mesmos não lhes possam ser faturados.

2. Caso o adjudicatário não contemple os consumíveis apontados no número anterior em sede de proposta, as entidades adquirentes deverão considerar esses consumíveis como oferta, ou seja, a custo zero.
3. É da responsabilidade do fornecedor providenciar e/ou substituir todas as peças e acessórios dos componentes, sem quaisquer encargos para as entidades adquirentes.

Cláusula Décima Quarta

Gestão e logística de consumíveis de hemodiálise

1. O fornecedor deve garantir no mínimo um *stock* de 60 (sessenta) dias, devendo a reposição ser da sua responsabilidade e com periodicidade máxima de 15 (quinze) dias.
2. Todos os consumíveis farmacêuticos, materiais de consumo clínico e de manutenção serão entregues, consoante definido pela entidade adquirente, na Unidade de Hemodiálise, no serviço de Farmácia e/ou aprovisionamento mediante a apresentação das respetivas guias de remessa, sendo conferidas e validadas pelo funcionário daqueles serviços, sem prejuízo da definição do procedimento de gestão de *stocks* e consumíveis que venha a ser acordado com cada entidade adquirente face às específicas necessidades dos mesmos.
3. O adjudicatário deve, ainda, propor-se a apresentar uma sugestão de procedimento de gestão de *stocks* e consumíveis, sem prejuízo de posterior negociação e aprovação pelas entidades adquirentes em momento prévio à entrada em vigor do contrato entre estas e o fornecedor, nos termos da Cláusula Vigésima Oitava do Título I.

Procedimento n.º 20/2024

Concurso Público para a celebração de Contrato Público de Aprovisionamento relativo à prestação de serviços para sessões de hemodiálise, incluindo consumíveis, dispositivos, soluções e colocação de equipamentos nos Hospitais E.P.E.R. da Região Autónoma dos Açores